

Sentidos e sujeitos:

Elementos que dão consistência
à história 3



João Henrique Lúcio de Souza
(Organizador)

Sentidos e sujeitos:

Elementos que dão consistência
à história 3



João Henrique Lúcio de Souza
(Organizador)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 aProf^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Sentidos e sujeitos: elementos que dão consistência à história 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: João Henrique Lúcio de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
S478	<p>Sentidos e sujeitos: elementos que dão consistência à história 3 / Organizador João Henrique Lúcio de Souza. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0978-6 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.786230901</p> <p>1. História. I. Souza, João Henrique Lúcio de (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 901</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

LOUCURA DO PODER OU O ABSURDO DA VIOLÊNCIA NO ESTADO? UM ENSAIO SOBRE TEMPO PRESENTE

Data de aceite: 02/01/2023

Antonio Carlos da Silva

Economista. Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de León com pós-doutorado na Universidade de Coimbra. Articulista do jornal A Tarde e integrante do Instituto Jurídico Portucalense, na área de Democracia e governança para o século XXI (UPT, Portugal)

BRASIL: GIGANTE ADORMECIDO OU REFÉM DE UMA HISTÓRIA CONTÍNUA?

Como são agudas, não raro, as suas respostas. É uma felicidade da loucura, algumas vezes, felicidade que a razão e o bom senso não alcançam com a mesma facilidade.

Polônio em Hamlet,
Cena II, Ato II, p. 62.

Àqueles que acreditam na salvação, pois são conscientes de que as mudanças se operam sob os auspícios de ações

políticas, as armas da crítica carregam em sua essência boa dose de ironia. Compreender fatos, descobrir quais são as relações de poder envolvidas, é apreender em seu íntimo a mais reveladora das interpretações - no tempo e no espaço - sobre a nossa condição humana. Tal atitude exige o constante questionar das categorias-chave do sistema de produção social do capital, entre contradições implícitas no binômio sujeito/mercadoria na formação de Estados nacionais. A sátira desponta por si mesma como a composição ideal para auxiliar na empreitada, pois dialeticamente o sujeito da História é, na sua gênese, dependente e passível de controle/ obediência.

Os vassalos modernos, dos vícios e imperfeições da sociedade mercantil, desvelam a condição humana em seu estado de “coisificação”. Suplantar essa circunstância é uma tarefa hercúlea e, possivelmente, sem gratificação imediata. Um arriscado enfrentamento que em muito se assemelha a alegoria dos “moinhos de vento” na célebre novela de Cervantes.

Somente em estado de loucura, afirma a literatura satírica dos últimos séculos, é possível negar as benesses de um sistema que valoriza o indivíduo e garante a liberdade (ambos limitados pelas regras do Mercado). Essa loucura - de Lawrence Sterne, Jonathan Swift e Machado de Assis aos modernos Joyce e Beckett - permite a agudeza que a razão empresarial (mau dos nossos tempos?) e o bom senso da precariedade negligenciam. Agir como Hamlet, livre de sectarismos e ordenamentos acrílicos, ofusca a imperiosa pretensão de igualdade na proposta liberal democrática (ênfase) de Mercado. A literatura é esse manancial (aparentemente) inesgotável para análise da condição humana. Não temos dúvidas.

O dizer sem convenções, alterar o sentido e cambiar livremente o ritmo são elementos imprescindíveis para suplantar o vigente e prescrutar outro devir. Ultrapassar as medidas impostas, infringir as exigências de um sistema que prioriza a mercantilização de todos os aspectos da Vida (ainda não morte, como alude Vergílio¹ em seus derradeiros pensamentos). Resgatamos o tópico salvação, pois depende de reconstrução histórica e inovação teórica. Não aceitação do vigente como resposta ao processo de evolução, na qual a condição humana é relegada ao segundo plano ou transformada em variáveis programadas para o cultivo insalubre da valorização, da criação de riqueza abstrata.

Se igualdade é sinônimo de participação no processo de produção e consumo, o reconhecimento do humano se confunde com o sarcasmo, com o ápice da barbárie. Por conseguinte, para evitar movimentos refratários e a dissidência, inculcar nas “gentes” o valor da individualidade é condição *sine qua non* para manutenção da estabilidade. Os signatários do poder têm consciência disso, já o sabia Hamlet ao constatar que os homens de bem podem sorrir, apesar da infâmia. O que o príncipe dinamarquês desconhecia é que tal comportamento não é exclusivo de um País, mas a expressão da calamidade na forma capitalista.

Vejam o Brasil, se os limites de valorização do capital precisam ser revistos como limites de viabilidade dos inúmeros perdedores globais, a perspicácia machadiana completa o asseverar de Robert Kurz sobre as crônicas do capitalismo em declínio. Mudam as oligarquias, mas os problemas sociais perduram enquanto as “elites”² mantiverem a postura contrária ao espírito público e a miopia frente ao recrudescer da precariedade. Nos ditos do Conselheiro Aires: “nada mudaria; o regime, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele” (ASSIS, 2012, p. 72).

A redemocratização brasileira, em 1985, se retirarmos o verniz da novidade, em muito se assemelha ao republicanismo forjado pelas elites ao fecharem o capítulo da

1 Agradeço a Frederico Lourenço o elucidar linguístico. O autor da “Eneida” e das “Bucólicas” - traduzido pelo professor de Poesia latina da Universidade de Coimbra - se chamava *Pvblivs Vergilivs Maro*, em latim VERGILIVS.

2 Consciente que a categoria elite se presta a inúmeras contradições, corroboro com a provocação do rapper Emicida sobre o tema (Papo de Segunda, GNT, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=FO42L3lg9w4>). Consoante o próprio, as elites se referem ao ápice da excelência social. Não existem elites no Brasil, mas uma burguesia que se diferencia pela somatória de dinheiro acumulado. Uma provocante atualização do “homem cordial” presente nas “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda.

monarquia no último quartel do século XIX. Se, na segunda, venceu a melancolia, com a morte de D. Pedro II no exílio; a tristeza com as sequelas da contrarreforma democrática foram arrefecidas com a ilusão revolucionária, em dois atos, da ascensão e queda do lulopetismo (uma novela que poderia ser retratada por Alexandre Dumas, mas que ainda aguarda a inspiração libertária de um sucessor de Machado³, influenciado pela leveza da crônica e acuidade da sátira).

Não podemos aportar no esquecimento (*Oblivion*) o rastilho para o futuro. Não há devir alternativo, como assevera Walter Benjamin (2020), sem o prestar contas com o passado e, deste modo, apreender as idiosincrasias do presente. Se não puder dançar, como afirma Emma Goldman (2021), essa não é minha revolução. Aos loucos - os verdadeiros, não os dissimulados que aceitam acriticamente os ditames do Poder - cabem a missão de desmascarar as mentiras da sociedade mercantil e, aproveitando as suas fraturas já expostas, mas não aceitas, auxiliar no processo de sua decomposição. Desvelar a fragilidade teórica dos nossos tempos é compreender que, não é apenas o rei que está sem proteção, mas a nossa irracionalidade frente à ascensão da barbárie. Em outras palavras, a universalidade abstrata na forma mercadoria em seus distintos matizes.

Ao priorizar a reflexão teórica e a reconstrução histórica não devemos negligenciar a estatalidade no processo: o papel do Estado nação. A instituição-chave para assegurar a “reificação” do sujeito e sua submissão aos ditames do capital/dinheiro⁴. Em especial o modo que, a partir do século XIX, inverteu a hierarquia de interesses nacionais de cada minoria para interesses comuns de todas as minorias. Em outras palavras, buscou aniquilar o referencial cultural-linguístico que não assimilado nos tratados estabelecidos pela política totalitária (ARENDR, 2016).

Uma clara orientação de um mundo cada vez mais obscuro, no qual as civilizações colonizadas não encontravam alicerce, teórico e histórico, para apreender (sob seus próprios termos) a almejada libertação. Colonização mental, não apenas territorial, pois a imagem do opressor estava incrustada nas diversas representações do poder. Inclusive na instituição familiar que, dialeticamente, rompia com o despotismo patriarcal para prolongar os seus braços na forma legal e jurídica do Estado.

Às minorias, não necessariamente numérica, restava a luta pela garantia dos direitos adquiridos. Portanto, dependente de outros, considerando que os direitos políticos seriam constantemente negados aos povos sem Estado. Aqui o paradoxo da liberdade é extremado, considerando que desde a independência grega do jugo otomano, em 1830, os tratados das minorias atestam direitos civis, mas não políticos. A constatação de Arendt sobre os direitos humanos serem tautológicos ou vazios. Estamos, sob as condições acrílicas do sistema de mercado, a jogar uma pá de cal sobre a natureza dos direitos

3 Dos dois, Machado de Assis e Antônio Machado. Do poeta espanhol, vale o elucidar que o caminho possível para suplantarmos o vigente é assumir o propósito de “caminantes”, fazendo seu próprio caminho – apesar das circunstâncias.

4 Capital/Dinheiro: outrora criação humana para facilitar, como meio de medida, a circulação de distintas mercadorias, passa a estabelecer o papel dos sujeitos na reconfiguração do mundo sob a valorização (produção e consumo).

humanos universais. Tal fato estimula a reconstrução histórica, exige analisar base teórica e capturar movimentos sociais subjacentes. Tal como um pescador de ostras, o retorno à superfície será apreender a dinâmica da Vida social à luz das pérolas selecionadas em nova perspectiva. Em Walter Benjamin, encontraremos a régua e o compasso para essa desanuviar do vigente que, concomitantemente apoiados na Teoria Crítica, endossam o compromisso de lutar contra a fetichização do Mundo. O Brasil será nossa alegoria, gigante pela própria natureza, se mantém entorpecido no presente de uma história contínua.

POVO SEM ESTADO: RAÍZES DA NAÇÃO BRASIL

Consoante Gottfried Keller, “a verdade não nos escapará” se, e somente se, não permitirmos que a imagem do passado desapareça em cada novo presente. A dialética do tempo é poderosa, pois na formação do Estado brasileiro a continuidade da família é uma falácia perigosa. Há contradição explícita: as duas instituições pregam poderes diferentes em essência na qual o geral predomina sobre o particular: “A ordem familiar, na forma pura, é abolida por uma transcendência” (HOLANDA, 2014, p. 141). Entretanto, o que torna sagaz tal afirmação é o modelo de Estado adotado, não criado ou tampouco adaptado à realidade, para atender a diversidade de interesses de uma sociedade no qual o embrião é a violência, o poder.

A questão abordada por Butler (2018) ecoa em sentido contrário, pois sabemos quem canta o Estado-nação. São aqueles que têm o privilégio de determinarem, sob um sistema de expropriação e despossessão, as cores da alteridade e os grilhões de uma rota sem saída, de uma vida sem futuro. Esse modelo de Estado é orientado pelo sabor dos ventos, que têm como captação os humores do sistema de produção social do capital. A herança colonial acentua e propaga a divergência social ao encobrir que a orientação escravocrata é consequência desta sociedade voltada à produção de mercadorias, inclusive dela própria. O reconhecimento da cidadania dependente da interação dos sujeitos com a produção e o consumo, não com a resolução das contradições internas e estruturais deste modelo. O momento de perigo é aquele em que surge a imagem autêntica do passado. Provavelmente porque se dissolve a visão confortável e preguiçosa da história como “progresso” ininterrupto (LOWY, 2005, p. 65). Essa relação é pautada em direitos, não mais universais, mas históricos e acometidos por degradações de pertencimento à esfera pública. O Estado integra a crise estrutural do capital, sem qualquer autonomia para enfrentar os estágios desta crise que se acentua com o esgotamento dos limites de valorização substancial do próprio capital.

O Estado não tem qualquer competência autônoma para superar as crises, permanecendo ele próprio subordinado às contradições internas do sistema capitalista. Ele não é solução, mas parte integrante do problema. O Estado na crise possui um duplo significado. A suposta superação da crise converte-se na crise do próprio Estado. (KURZ, 2011, p. 4)

Em países com histórico colonial, como o Brasil, essa alusão é explícita, porque o Estado não foi criado a partir de contrato social que incorporou a dissidência. Ao contrário, acatou a vassalagem somada à cordialidade encobrendo ações de desumanização explícitas. Além de engendrar nas raízes nacionais manifesto apego às aparências e espetacularização do ter em detrimento do ser. O retrato cambiante de um país onde doutores são composições de papel, não da educação plena. Tradição que estabelece, no seio da democracia insurgente, um contínuo afeto pela dependência imperial.

Ainda hoje são raros os médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, professores, funcionários que se limitem a ser homens de sua profissão. Revemos o fato observado por Hermann Burmeister nos começos de nossa vida de nação livre: “Ninguém aqui procura seguir o curso natural da carreira iniciada, mas cada qual almeja alcançar aos saltos altos postos e cargos rendosos: e não raro o conseguem” (...) O que importa salientar aqui é a origem desta sedução exercida pelas carreiras liberais vincula-se estreitamente ao nosso apego quase exclusivo aos valores da personalidade. (...) Não é outro o motivo da ânsia pelos meios de vida definitivos, que dão segurança e estabilidade, exigindo, ao mesmo tempo, um mínimo de esforço pessoal, de aplicação e sujeição da personalidade, como se sucede tão frequentemente com certos empregos públicos (HOLANDA, 2014, p. 157).

A máxima “vícios privados, benefícios públicos”, encabeçada pela burguesia (ver nota 3), sustenta improvável governança na qual a esfera pública é submetida aos ditames da esfera privada. O caráter do Estado sob o capitalismo é o recrudescer da Casa Grande e o disseminar de senzalas em espaços urbanos marcados pela condição (cada vez maior) de precariedade e de perda do status político. As narrativas abrem possibilidades para exercer a liberdade de expressar, por meio da investigação teórica, as relações de poder que engendram no imaginário popular a soberania do Estado como elemento axiomático para garantir a estabilidade. Pergunta retórica: equilíbrio para quem ou constância do que? Sem olvidar que, ênfase na memória heurística, a instituição social em análise é o Estado-nação. Portanto, limitado no tempo e no espaço à permanência do atual sistema de produção social do capital e, por conseguinte, de uma sociedade de mercadorias. Isto porque, apoiar alternativas libertárias àqueles que encontram em estado de não Estado – favoráveis às demandas para além das configurações vigentes de Estado e Mercado - exige a compreensão de que o modelo é passível de transformação histórica para formas eficazes de garantia de direitos para todos, incluindo pautas que assimilem questões étnicas, gêneros e territorialidades.

A ideia de uma instituição que abarque a organização política e jurídica da sociedade moderna limita a igualdade ao “fazer produtivo”; a utilização de saberes em favor de referencial externo ao próprio ser: o dinheiro. O fetiche é explícito. A reflexão implícita. Se a visão progressista limita o progresso aos arroubos de melhoria, em inversões abruptas de descida e subida, o sistema é de valorização, não de desenvolvimento. Entre pessoas e coisas, a Justiça de transição prega o primeiro e estabelece um mercado de compensações

por meio de políticas públicas. Resta a reconhecer que são os sujeitos dos direitos, que de universais passam a ser positivos pela própria ausência de natureza. A quem os direitos pertencem ou são os direitos limitados pelo reconhecimento de pertencimento nacional? O estado de direito está sob orientação do Estado-nação. Portanto, ser partícipe de uma nação exige – mais do que características linguísticas e culturais comuns – a inserção do processo de produção e consumo. Sem obliterar da classificação social: estar no grupo que detém capital ou fornece substância para valorização do capital.

O cenário social apreende o Estado-nação para além das fronteiras do nacionalismo? Possivelmente não. Apresenta uma falsa representação da realidade, pois os sujeitos – sob a forma jurídica – são metamorfoseados em mercadorias. Assim, grupos minoritários ou de maioria nacional são anunciados como alegorias de ideologia burguesa que bradam a realização de liberdade, igualdade, justiça e desenvolvimento como já realizados. São falsos aos sentidos daqueles que estão excluídos da salvaguarda desta representação social, isto porque grupos em estado de não Estado são alienados do circuito de produção e consumo.

Como mercadorias, não obstante, a ideia burguesa expressa sua inconsciência e sujeição aos ditames da valorização do dinheiro como um fim em si mesmo. Para os pensadores da formação do Brasil – Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre – essa fetichização do capital está diretamente relacionada ao modelo empresarial adotado: a exploração colonial. Para o primeiro, por exemplo, a prática de desumanização dos povos originários e, posteriormente, dos povos africanos escravizados, era decorrente de uma orientação desagregada que resultava em indivíduos “à margem da ordem”. Pessoas alienadas da proteção do Estado e sujeitos à violência em todos os matizes se não correspondessem ao processo de acumulação em apreço.

A formulação de Prado Junior sobre a formação orgânica de uma sociedade inorgânica incorre na compreensão de que o Brasil, mesmo após a independência e com o intuito de inserção na modernidade, não conseguiu se desvencilhar da barbárie praticada nas relações sociais. Aqui o sentido de criação do Estado-nação é dialético, pois não há como negar a existência de um grupo com características em comum, convivências sob mesmo espaço territorial e com notável divisão na compreensão de quem têm direitos e/ou reconhecimento como cidadãos. Consoante o historiador paulistano, há ausência das massas no processo de “libertação” política reforçou o quadro da reprodução da ordem colonial vigente, mas, agora, sob “nova direção”. Em outras palavras, a manutenção da matriz colonial (senhores/escravos) como essência nas relações sociais de produção.

A independência, neste sentido, aparece como um preâmbulo da sociedade espetacular. Aqui marcada, em pleno século XIX, pelo inconsequente cidadão espectador dos ditames do poder e exclusão social na qual representativa parcela de indivíduos é excluída brutalmente do processo de reconhecimento e de direitos. Para evitar contradições interpretativas, elucidamos que as reações populares no período de emancipação colonial

existiram, mas sem alterar a estrutura de poder constituído. O que Machado de Assis evoca, na transição da monarquia para República (“Memorial de Aires”), a reiterada narrativa: mudam as vestes, mas a pele permanece a mesma. Essa pérola literária desvela que barbárie se encontra na raiz da formação brasileira.

Uma sociedade inorgânica não se encontra preparada para reivindicar mudanças na ordem das coisas. Não compreende que a fetichização do capital somente pode ser suplantada por um devir dissociado do processo de criação de valor associado ao capital (como fim em si mesmo). A troca dos agentes do poder, com o compromisso estreito de manter tudo como dantes, apenas pode ampliar a orientação da barbárie para um grupo maior de pessoas.

A intransigência contra nativos e descendentes de escravos africanos, frente à irracionalidade do empreendimento empresarial, abarca no novo século outras camadas sociais que não apreenderam a universalidade abstrata na forma mercadoria como reivindicação libertária-chave. Não basta incluir uma orientação histórica para estudos de “minorias” (questões de gêneros, raças, etnias e territorialidades), é basilar compreender as mudanças espaciais no reconhecimento destas formas sociais em relação aos interesses do capital em movimento.

O Estado-nação, em seus distintos matizes, perpetua a barbárie contida nas relações sociais de acumulação primitiva, mas agora sob a máscara da modernidade. As reformas sociais, que caracterizam as constituições brasileiras desde 1891, confirmam essa assertiva. Nas palavras de Prado Jr: “o que houve foi apenas simples coincidência dos meios a serem empregados para fins diversos” (1988, p. 54). Ou, para “apimentar o caldo”, a disseminação, no tempo e no espaço, da barbárie alegórica de Gilberto Freyre presente na “Casa grande e senzala”. Mais uma vez a transcrição do estado brasileiro de colonização – mental e física – adornado pelo Estado nação.

Para ampliar o debate nas profundas águas do fetichismo moderno iremos abordar, sob influência de Marildo Menegat (2010), a relevância de dois autores brasileiros pós-golpe de 1964. O objetivo é tentar desanuviar os contrastes da composição inorgânica da sociedade e do Estado brasileiro, nos passos dos pioneiros do pensamento crítico supracitados, que perpetuam o estado dialético da cultura/violência do Estado nação. Para Schwarz e Arantes, as raízes brasileiras estão impregnadas de violência e, paradoxalmente, de insurgências. Os movimentos sociais favoráveis à democratização e derrocada totalitária foram reformistas na base. Priorizaram a fragilidade sociológica da luta de classes em detrimento da teoria crítica (fetichismo e alienação), ilustrando a gênese do pensamento humanista de Quincas Borba (2021). Entretanto, absorvido pela dialética cultura/violência no Estado brasileiro, ao vencedor nem as batatas. Quiçá o derradeiro confronto com a realidade histórica, sempre tardia, mas em consonância com a tese VII de Benjamin. Isto é,

Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento de barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também

não está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, a TEORIA CRÍTICA considera como sua tarefa escovar a história a contrapelo (2020, p. 70).

A teoria crítica, como elemento-chave para compreender o atual estado da nação, foi incorporada no painel histórico-filosófico dos investigadores em apreço. Roberto Schwarz mergulhou nas águas profundas da literatura para compreender as fendas estruturais do capitalismo tardio brasileiro⁵. Arantes, técnico em bibliografia filosófica, como se auto refere, resgatou a tese do “desencantamento do mundo” para apreender as idiossincrasias do sistema político-econômico nacional. Ambos, sob uma perspectiva hegeliana de negação e reconstrução histórica, buscam recompor as estruturas do “novo tempo do mundo” (Arantes, 2015) em que o espaço é dominado por “ideias fora do lugar” (Schwarz, 2014) e resultam em uma exaustiva gestão da barbárie na máquina pública brasileira. Tal como o flâneur benjaminiano, no sentido de suplantando o torpor da modernidade através da beleza contida na interpretação da realidade, comecemos pelo primeiro.

EMANCIPAÇÃO OU BATATAS: A MEIA NOITE BRASILEIRA

Toda ciência tem princípios, de que deriva o seu sistema. Um dos princípios da Economia Política é o trabalho livre. Ora, no Brasil domina o fato “impolítico e abominável” da escravidão. Roberto Schwarz. Ao vencedor as batatas. 2012.

Schwarz escolhe a década de 1960 como marco temporal. A instabilidade conjuntural, processada por alternância de agentes do/no poder – o parlamentarismo como preâmbulo de/para assalto democrático, tendo como desfecho 21 anos de ditadura militar - exigia uma interpretação para além da sociologia da luta de classes. Uma contra-revolução no pensamento nacional era imprescindível para desanuviar a deformação teórica plasmada nas ideologias.

Uma necessária digressão aos anos 60, tidos como laboratório para a reorientação do sistema de produção em nível mundial. As primeiras ondas deste câmbio climático atingiram a hegemonia norte-americana (monetária e cambial, não bélica) que salpicou em todos os continentes. Com maior ou menor intensidade, o mundo não seria mais o mesmo. Para manter o capital em movimento, o confronto e apreensão de contradições internas foram negligenciados. O fenômeno da acumulação, demarcado pela divisão fordista da produção e sob lógica empresarial da gestão proposta por Taylor/Fayol, emperrou na exposição do Rei nu. Ou seja, a criação de riqueza, com base no trabalho abstrato, foi dizimada pela predileção irracional da concorrência somada à inovação tecnológica voltada

5 O crítico literário apresentou ao público brasileiro o Grupo EXIT!, com destaque para os estudos do alemão Robert Kurz publicados no início da década de 1990 pela editora Paz e Terra. Ver “O colapso da modernização” (1992) e “O retorno do Potemkin” (1993), que analisam a teoria do valor, o fetichismo do capital e a alienação do sujeito como fundamentos-chave à compreensão da Economia Política contemporânea.

à rentabilidade.

O processo autofágico do capitalismo recriou o mito fáustico do Progresso, no qual somente uma contra-revolução conservadora, destituída de substância, poderia manter a ilusão de um sistema no qual os mecanismos de compensação foram todos corrompidos. O recrudescer (sem limites) da barbárie encontrou terreno fértil nesta reorientação sistêmica. Em “A falta de autonomia do Estado e os limites da política” (Kurz, 1997), o foco é problematizar a irracionalidade empresarial de geração de prosperidade global com base no capital acumulado sem trabalho. A economia de mercado, tendo no Estado-nação sua legitimidade, não consegue atenuar a dinâmica da miséria, tampouco financiar, por meio do Estado, o nível civilizatório da modernidade.

Já não é mais um fenômeno cíclico, mas estrutural. Quanto menos o Estado puder ser financiado, tanto maiores se tornarão as tarefas em virtude da crise estrutural da acumulação. É nesse círculo vicioso que a própria modernidade se aprisionou. (KURZ, 1997, p. 113).

Essa orientação messiânica, nos moldes da crítica benjamineana, encontrou no crédito (inicialmente estatal e depois privado) a sua nova mina de ouro. Entretanto, para que esse teatro não fosse desmascarado, as dissidências e/ou proposições de outro modelo possível deveriam ser apagados da História. Inicialmente pela violência, inclusive do Estado e suas instituições (Cavalcanti 2018), e, depois do apaziguar social, pela sujeição de todos os partícipes de processo de produção/consumo ao sistema de dominação sem sujeitos. Isto para garantir o acesso limitado às salvaguardas deste mesmo Estado-nação, dos direitos a-naturais àqueles reconhecidos pela forma jurídica de sujeitos-mercadorias. A despolitização do ser associada ao romper da autonomia dos corpos e, por conseguinte, da internalização do inconsciente escravocrata é o alto-preço a ser pago. Não apenas pelos agentes envolvidos, mas pela própria História da humanidade.

No Brasil, a estrutura política do Estado-nação teve que se modelar ao estado da crise mundial, reformulando políticas emergentes na década de 1960. O tsunami histórico, as revoltas sociais que eclodiram em França e tiveram repercussão global, foi controlado pela disseminação da ideologia neoliberal através do emprego de *slogans* – tal como “seja senhor de seu destino” ou “ao empreendedor o futuro pertence”, mas sem substância histórica, apenas o reivindicar fácil do sucesso a qualquer preço. Se o Estado de bem-estar social não pode ser reproduzido universalmente, sem prejudicar a dinâmica cega de acumulação do capital, o problema não pode ser direcionado para a fragilidade do estado da economia de mercado. A crise precisa de um bode expiatório, mesmo que tenha que ser ressuscitado de um passado não tão longínquo. Uma onda rubra de socialismo de Estado, desde que não interfira na contabilização da riqueza sem fim, será a desculpa para revigorar o mal do século: o totalitarismo. Não aquele desenhado por Hannah Arendt, tampouco revigorado pela “Escola de Frankfurt”, mas uma nova forma. Mais sutil e espetacular, à luz das sequelas do maio parisiense de 1968: a administração das “coisas”.

O Brasil passa por uma reviravolta na ordem estabelecida. Não uma revolução, mas um aparente despertar para realidade das “coisas”. Após a renúncia de Jânio Quadros (1961), o vice-presidente João Goulart somente assumiu a função após um “ajuste estrutural” no sistema político. Mal traçadas linhas de um golpe, acobertado pelo “medo comunista”, o parlamentarismo, mais uma vez foi restaurado. Ao sabor dos ventos da discórdia, Goulart é instituído. Não como presidente, mas como chefe de Estado, impedido de promulgar leis e orientar a política externa. O objetivo era demarcar terreno liberal de cunho monetarista, no qual o modelo de industrialização (tardio e seletivo) daria suporte para a contra-revolução supracitada: o golpe de 1964.

É nessa leitura de mundo que Roberto Schwarz se insere. O desafio, hercúleo na essência, é engendrar uma crítica teórica do sistema de produção social do capital à luz da periferia. Propor, de forma dialética, que na modernidade, as oposições agem como campos magnéticos: se excluem e se condicionam de forma recíproca. Arrisco a dedução: Schwarz chegou à mesma constatação de Robert Kurz de que as categorias mercado, valor, dinheiro, mercadoria, poder, Justiça, política, economia etc. são dois polos do mesmo campo histórico da modernidade.

O golpe de 1964 representou a imposição de um programa de estudos críticos cujas dificuldades serão imensas. Algo no mundo e no Brasil se modificava a partir daquela data e traria drásticas repercussões para a vida social (...) Compreender o Brasil é se desfazer de um corpo teórico que se demonstrara equivocado, incapaz de construir uma teoria da revolução à altura daquelas circunstâncias. (MENEGAT, 2010, p. 59).

O artigo de Schwarz, que apresenta Robert Kurz ao público brasileiro, justifica minha ilação. Em “O colapso da modernização” (1992), o adjetivo audacioso, que abre o texto, estabelece os fundamentos para uma nova agenda teórica. Em contraposição ao propagado “fim da história”⁶, o crítico literário enfatiza a conclusão sobre a convergência universalizante da democracia de mercado. Por suposto, do papel central do Estado-nação frente à crise qualitativamente nova do sistema de produção social do capital: base jurídica para minimizar os efeitos dos limites inerentes ao processo de criação de valor sem substância. Ao nadar contra a corrente da narrativa eleita por “vitoriosos” da economia de mercado, o ensaísta alemão desvela que a derrocada da URSS é uma alusão ao processo de reprodução tardia do receituário capitalista, agora sob condições históricas distintas para sua implementação. Neste contexto, a irracionalidade econômica na forma mercadoria fundamenta a tese de valorização do valor como sujeito automático da sociedade, na qual o mercado é entendido como a economização abstrata do mundo por meio de utilização empresarial dos indivíduos e da natureza (KURZ, 2015). A partir disto, Schwarz reavalia o “Progresso Brasil”, sob perspectiva da teoria do valor, para concluir que a febre político-empresarial para adentrar no clube dos países em desenvolvimento

⁶ Difundida, principalmente, pela controversa tese de Francis Fukuyama (2015) de que a derrocada do “socialismo real” levaria a democracia de mercado à tripla vitória - ideológica, política e econômica – em nível mundial.

aumenta exponencialmente, enquanto a participação no mercado é circunscrita à produção de *commodities*.

O Brasil, independente da guinada à esquerda ou à direita, permanece como um latifúndio colonial dos países da Tríade⁷ nesta luta constante para sobreviver ao paradoxo da modernização:

A concorrência no mercado mundial toma obrigatório o novo padrão de produtividade, configurado pela combinação de ciência, tecnologia e investimentos. Tanto o mercado como o padrão são resultados tardios e consistentes da evolução capitalista, que, chegado a este patamar alcançou seu limite, criando condições novas. O aumento de produtividade está significando dispensa de trabalhadores em números absolutos, ou seja, o capital começa a perder a faculdade de explorar trabalho. (...) o caráter excludente das novas forças produtivas não pára aí. (...) Não diz respeito a empresas apenas, mas a regiões e até países. A vitória de uma empresa não é só a derrota da vizinha, mas pode ser a condenação e desativação econômica de um território inteiro noutra continente (SCHWARZ apud KURZ, 1992, p. 11).

Aceitando a leitura de Kurz de que a queda de regimes do leste europeu se deveu às novas condições de concorrência no "sistema mundial produtor de mercadorias", Schwarz afina argumentos em torno da combinação deste processo com o anterior. Ou seja, o colapso do socialismo real seria apenas mais um momento da crise do capital em andamento desde as transformações de fins dos anos de 1960 e início dos 70, cujas bases no Brasil foram postas pelo golpe de 1964. (MENEGAT, 2010, p. 63)

O Brasil, nesta configuração global, mantém-se prisioneiro de suas raízes colonial-escravocratas, refém da cordialidade dialética expressa por Sérgio Buarque de Holanda e, sobretudo, um país no qual o Estado permanecerá em estado de inação se não enfrentar o seu próprio passado histórico. A dialética, força motriz dos estudos sobre a formação do Brasil, em Schwarz adquire uma orientação diferenciada da trindade (Prado, Holanda e Gilberto Freyre), pois para o crítico literário, o processo civilizatório não transforma a realidade apenas pela (aparente) supressão do pretérito colonial pelo Progresso – entendido como a inserção no processo de industrialização tardia. Pelo contrário, com o intuito de desvelar a conjuntura nacional (política do tempo presente), Schwarz encontra na literatura machadiana as lentes para antever que o devir nacional brasileiro seria uma constante mutação do despotismo patriarcal, agora sob a égide do Estado, para realização de uma nação. Não uma nação com características de classe europeia – incumbida de criar as estruturas jurídico-estatais para governação de pessoas -, mas uma nação monetária em comunhão com outra realidade: a universalidade abstrata na forma mercadoria/dinheiro. Se o mundo apresenta dois gumes, um de risos e outro de angústias, cortando o coração ao

7 A categoria Tríade foi empregada por Kenichi Ohmae (1999) e abarca EUA, União Europeia e Japão. O estrategista buscava, neste livro, apresentar uma alternativa para os limites do Estado-nação: a reorientação geopolítica a partir de Estados-regiões. Não obstante, negligenciava em sua narrativa a universalidade abstrata na forma mercadoria e, deste modo, os limites internos do próprio processo de acumulação de capital. Vale ressaltar que, no lançamento do livro, a China ainda era um embrião do gigante a fazer frente à hegemonia econômica norte-americana no início do século XXI.

meio – como alude Virginia Woolf (2019) -, no Brasil o fenômeno da barbárie se manifesta em sulcos que irrigam a desumanização da nação.

O FIO DA MEADA OU O NÓ GÓRDIO À BRASILEIRA

Se depender do diagnóstico fechado elaborado por Hans Enzensberger, o grande futuro que nos estava prometido, com base obviamente na gigantesca vitalidade do país, simplesmente não chegou, nem chegará.

Paulo Arantes. **A fratura brasileira do mundo**. 2021b.

O (quase) octogênio Paulo Arantes é uma figura ímpar no pensamento crítico brasileiro. Dialético na essência, hegeliano na negação. Arantes resgata o papel do educador além muros. Uma espécie de militância, mas sem perder o vinco teórico e o rigor metodológico necessários para compreender os fenômenos que nos cercam. Em outras palavras, um intérprete lúcido da formação brasileira e suas raízes na violência institucionalizada. Em plena pandemia, o filósofo reinventou o mito da caverna e, sob os auspícios da maiêutica, diminuiu as fronteiras do espaço/tempo ao subverter os canais de socialização em rede. Arantes está presente em inúmeras formas virtuais, desde simpósios a aulas inaugurais, para promover a reflexão crítica de temas que enredam o Brasil no Mundo⁸. As fraturas são expostas, as estruturas elucidadas. A conjuntura, a contradição entre o tempo presente e o fim de uma época, torna-se o nó górdio para apreender as idiosincrasias do Estado e da sociedade no atual estágio da barbárie brasileira.

As impressões são diversas e abarcam distintas possibilidades. O que continua a impressionar é o compromisso em pensar o grau de desintegração nacional em contínuo movimento. Há 30 anos, Arantes já pontuava que o país caminhava na contramão da história. Apesar de compactuar que os anos 1990 marcaram o início de um período dourado na conjuntura nacional – do governo Fernando Henrique (1994) ao final da primeira gestão de Dilma Rousseff (2014)⁹ -, Arantes não se deixou levar pela empolgação de que o despertar brasileiro à modernidade está entrelaçado à ignomínia da dependência. O viés irônico consagrado no referencial literato que, desde a primeira aparição pública “relevante” em 1975 (em congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC), marca o tom expositivo de quem reconhece o paradoxo do pensar filosófico em um país no qual a formação do Estado antecede o estado da nação.

A citação a seguir é longa, mas indispensável para confirmar o espírito debochado

8 Para ilustrar essa assertiva, uma pequena pesquisa nas redes sociais revelam a presença de Paulo Arantes em pelo menos 7 eventos entre os meses de setembro e outubro de 2021. Destaco, apenas para ilustrar, as seguintes: Palestra do II Congresso Internacional Biopolíticas no Século XXI, com o tema: “Tempos de Extinção” (2021); Aula Inaugural do Curso de Filosofia da UNESP (2021); Entre os escombros do presente (2021).

9 Nestes 20 anos, que sabem a social-democracia, a gestão sequenciada PSDB/PT promoveu a estabilização econômica, com o Plano Real, e a inserção social, por meio do consumo - respectivamente. Entretanto, sem se desvincular da irracionalidade econômica na forma mercadorias e, tampouco, suplantando as contradições das raízes colonial-escravocratas. Consultar Brasil: uma biografia não autorizada (2015), de Francisco de Oliveira, que abarca criticamente esse período para constatar a falência do ideal revolucionário. A hegemonia às avessas, nas palavras do autor.

de Arantes ao elucidar sua jornada de/para formação e interação com uma sociedade tipicamente colonial fundada nas raízes da barbárie (leia-se racismo, escravidão e despotismo patriarcal).

A aproximação com a crítica literária, referencial para interpretar as raízes paradoxais do Brasil, estabelece o vínculo com os pioneiros da Escola de Pensamento Crítico – comumente conhecida como Escola de Frankfurt – e com as artes como um todo. Uma apreciação própria para buscar, nas profundezas do fetichismo do valor, diálogos com Adorno, Horkheimer, Marcuse etc. Isto sem jamais negligenciar o papel de aprendiz em um mundo em constante mutação no seu processo de dissolução estrutural¹⁰. Como produtor explora as veias abertas do Brasil em conversas com Brecht, Benjamin e Lukács, permeadas pela experiência em Antônio Cândido e Roberto Schwarz.

Estudar a narrativa (em prosa e verso; escrita ou oral) de Paulo Arantes remete à retórica do pensar filosófico ser específico ou universal. Adentrar na abstração da Economia Política e não se deixar reduzir ao teor econômico que aparta a política do seu papel primacialmente libertário. Ainda mais em um país no qual a formação e o conteúdo filosófico ocorrem após a “criação” do Estado e a realização da sociedade. A dialética na profissionalização do saber intelectual, com e para além de Hegel, enfatiza esse nó górdio presente na *análise da conjuntura*, pois ela é a descrição do momento datado. Neste contexto, o atual estágio da crise estrutural exige abrangência na crítica, ou seja, *análise estrutural* e reconhecimento que a conjuntura neste tempo/espço se transformou em presente contínuo. O objetivo não é a conformação com a lógica austera do/para o capital presente nos planos de estabilização. Mas compreender o porquê da ausência de alternativas para um sistema que atingiu os seus limites de acumulação e, por conseguinte, somente pode ser manter através de contínuas mutações orgânicas que sabem a violência e universalizam a barbárie.

O pensamento crítico que na origem (a trindade Sérgio Buarque, Caio Prado e Gilberto Freyre) mantém a utópica possibilidade de supressão dos males sociais a partir da industrialização autônoma, está vinculado na régia compartimentação do saber. Para tanto, ignora - por método, não por vontade - que a opinião (doxa) é a consolidação de um sistema que prega pela irracionalidade empresarial, pela concorrência e não consideração pela dissidência.

Sendo Arantes um materialista hegeliano, transpor a inexistência filosófica na formação do Estado e da sociedade é condição *sine qua non* para converter manobras políticas em ações emancipatórias. A linguagem adota uma aparência jornalística, mas sem perder a narrativa crítica e o compromisso teórico-histórico para auxiliar na compreensão das contradições do atual campo histórico.

10 Além de compartilhar referencial de autores/ras que continuam a disseminar uma releitura crítica da formação do Brasil, referenda estudos de Piero Leiner e Pedro Oliveira sobre o estado de militarização para questionar o movimento conjuntural de um país enraizado na crise estrutural. Em destaque “O Brasil no espectro de uma guerra híbrida (2020)” e “Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social” (2013), respectivamente.

Como deixar de reconhecer, nessa inesperada junção de particularidade e universalidade, o processo que a velha filosofia ainda em vida costumava chamar de Totalidade? Também precisaria acrescentar que não alimentássemos em consequência nenhuma ilusão a respeito do abismo entreaberto entre filosofia, profissional ou não, e vida nacional (...) Seria o fio percorrendo a novela “drama da consciência filosófica profissional no Brasil”: encontrar uma via de passagem que permitisse o acesso organizado ao velho assunto da filosofia que parece se reapresentar, mas cuidando metodicamente de ir deixando pelo caminho o ponto de partida inassimilável, a cultura filosófica herdada. (ARANTES, 2021c, pp. 79-80)

Aceitar passivamente o fluxo da história, sem questionar composições teóricas e condições existentes, é se conformar com o processo histórico. Sob o espírito benjaminiano, o escovar a história a contrapelo é uma condição de sobrevivência da humanidade em contraposição à barbárie¹¹.

A HISTÓRIA SE REPETE? ALERTA BENJAMINEANO NO CAUDAL DO ESTADO BRASILEIRO

Na segunda década do século XXI, o dilema entre pessimismo da razão e otimismo da vontade apresenta-se em desequilíbrio. Tal como o anjo da História, na alegoria de Benjamin (Tese IX), a conjuntura mundial padece de mal conhecido: os problemas sociais não foram solucionados e a valorização do capital negligencia sua principal fonte de substância: o trabalho humano. Se “o que nós chamamos de Progresso é essa tempestade” (2020, p. 87), o recrudescer de movimentos totalitários globais são manifestações de uma única catástrofe: o sistema de produção social depara-se com limites de sua própria valorização. Destarte, são redefinidos “como limites de viabilidade para as massas de perdedores; o colapso das economias nacionais, como justaposição controlada de cidades em expansão financiada a crédito e regiões miseráveis abandonados” (KURZ, 2015, p. 113).

A geopolítica global, anteriormente demarcada por conquistas de fronteiras para exploração de recursos e circulação do capital, se depara com essa “tempestade” aludida por Benjamin, mas agora sob um novo prisma: os conflitos internos em substituição ao policiaresco modelo de controle mundial de fronteiras. Não que esteja extinto, o cenário beligerante nas fronteiras de Bielorrússia e Polônia, sem olvidar o espectro da barbárie constante no processo migratório do norte da África para Europa e o hediondo campo de refugiados de Moira (Grécia), confirma a emergência. Entretanto, o alerta de incêndio encontra na filosofia a possibilidade de compreensão das idiosincrasias do sistema. Por exemplo, o recrudescer da direita ultraconservadora em contraste com a má vontade da mesma em assumir a gestão do processo político é uma matéria que possibilita a orientação filosófica para elucidar as contradições da crise estrutural do capital¹².

11 No II Colóquio Internacional Walter Benjamin: memória e atualidade (2020), fez a palestra “Benjamin a (?) um minuto do fim” no qual confirma minhas assertivas. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-FJXkQcddfo>.

12 Nesta segunda década do século XXI, a “onda” ultradireitista assola as democracias mundiais. Na América Latina, o adormecido, mas não dissolvido, ímpeto totalitário se apresenta na Argentina (Javier Milie, do Partido “A liberdade

Arantes e Schwarz, cada qual a sua maneira, conseguiram atentar para tais contradições a partir da compreensão dos destroços do presente. A interpretação deste material estranho, em especial em Paulo Arantes, revelou o enigma do capital. As crises nada mais são do que estágios de um decadente processo de valorização (sem substância) do valor, da criação de riqueza. A “nova ordem do mundo”, delineado pela social-democracia a partir da década de 1990, para enfrentar o arrefecer da rentabilidade mundial, representou uma mudança de comportamento na governação¹³. A vertente liberal foi suprimida, lideranças deflagraram as surradas bandeiras do progresso na qual a tempestade germinou figuras como Bill Clinton, nos Estados Unidos, passando pelos dois lados do Canal da Mancha - Tony Blair, partido Trabalhista na Inglaterra; e Lionel Jospin, Partido Socialista em França - até desaguar em terreno brasileiro com Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Deste modo, o “*Angelus Novus*” foi impelido não para o futuro, realização de um devir para além do Estado-nação e da democracia de mercado, mas para um presente contínuo que não consegue se desvencilhar desta mesma tempestade que sopra do pretérito da humanidade combalida.

A economização abstrata do mundo, na forma de fetichismo da mercadoria, “não se tratava apenas de escolhas macroeconômicas reversíveis, mas de toda uma virada de época” (Arantes, 2021b, p.11). Isto, desde que, a gestão da barbárie seja orientada por planos de austeridade apoiados em alquimias financeiras para produzir capital – mesmo que sem geração de riqueza real. O pessimismo da razão invoca uma certeza: não há vencedores nesta história. Uma árdua lição que, consoante Quincas Borba, personagem machadiano, pressupõe reinterpretação das condições sociais, econômicas e políticas que desvelam a modernidade. O prognóstico é que devemos apreender que o Progresso – como anomia do desenvolvimento – não condiz com perspectivas éticas que definem a humanidade. O diagnóstico é que, neste embate com a barbárie, aos vencedores nem as batatas. Sábio Quincas Borba, profeta de um caos anunciado. Perspicaz Paulo Arantes, o filósofo que reconhece no fetichismo da mercadoria o circo mediático de um Brasil que enfrenta as variações climáticas ao ritmo da orquestra do Titanic.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Paulo. **A fratura brasileira do mundo**: visões do laboratório brasileiro da mundialização. São Paulo: [s.n], 2021b.

ARANTES, Paulo. **O fio da meada**: uma conversa e quatro entrevistas sobre filosofia e vida nacional. São Paulo: [s.n], 2021c.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo e estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2015.

Avança”), no Chile, com José Kast (Partido Republicano) e. no Brasil, sob Bolsonaro que, ao delegar o poder para os partidos que compõem o “Centrão”, consegue manter o lastro de uma gestão sem Plano ou vocação para governar. 13 Referência direta às guerras de movimento e posição em António Gramsci (2002).

- ARENDDT, Hannah. **As origens do Totalitarismo**. Lisboa: D. Quixote, 2016.
- ASSIS, Machado. **Quincas Borba**. Rio de Janeiro: Antofágica Editora, 2021.
- ASSIS, Machado. **Esaú e Jacó**. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2012.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História**. São Paulo: Alameda Editorial, 2020.
- BUTLER, Judith. **Quem canta o Estado nação?** Brasília: UnB Editora, 2018.
- CAVALCANTI, Vanessa. Violências sobrepostas: contextos, tendências e abordagens num cenário de mudanças. In: DIAS, Isabel (Org.). **Violência doméstica e de gênero**. Lisboa: Pactor, 2018.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Editora Global, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- KURZ, Robert. **Poder mundial e dinheiro mundial**. Rio de Janeiro: Conseqüência, 2015.
- KURZ, Robert. Não há Leviatã que vos salve. Teses para uma teoria crítica do Estado. **EXIT!**, nº 8, julho de 2011. Disponível em <http://www.obeco-online.org/rkurz390.htm>.
- KURZ, Robert. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LEINER, Piero. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida**. São Paulo: Alameda Editorial, 2020.
- LÖWY, Michael. **Aviso de incêndio**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MENEGAT, Marildo. Olhos acostumados à sombra, os nossos In: LOBO, Roberta (Org.). **Crítica da imagem e educação**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010, pp. 39-71.
- OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-nação**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- PRADO JR., Caio. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**. São Paulo: Companhia da Letras, 2014.
- SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**. São Paulo: Editora 34, 2012.
- SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Editora 34, 2012.
- WOOLF, Virginia. **Um quarto só seu**. Porto Alegre: L&PM, 2019.